



1 **Ata da 55ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e**
2 **Combate à Corrupção - CTPCC.** Data: 10 de fevereiro de 2022, às 14h00. Local:
3 Vídeo conferência pelo aplicativo Zoom. Aos dez dias do mês de fevereiro de dois
4 mil e vinte e dois, às quatorze horas, reuniu-se o CONSELHO ESTADUAL DE
5 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC, sob a
6 Presidência do Sr. **EDMAR MOREIRA CAMATA**, Secretário de Estado de Controle
7 e Transparência e Presidente do Conselho. A reunião foi secretariada pelo
8 Secretário-Executivo **FABIANO DA ROCHA LOUZADA** e contou com a presença
9 dos seguintes representantes dos órgãos participantes: Giordany Bozzato Soave,
10 suplente da SEFAZ; Marcelo Calmon Dias, titular da SEGER; Eva Pires Dutra,
11 suplente da Procuradoria Geral do Estado; Mariana Peisino do Amaral, titular do
12 MPES; Robson Zuccolotto, titular da UFES; Paulo César de Carvalho, suplente do
13 TJES; Christiane Linhalis, titular da Associação dos Municípios do ES; Edebrande
14 Cavalieri, titular do Conselho de Ética do ES; Fábio Costa Brasileiro da Silva, titular
15 ES em Ação. Também participou da reunião, na condição de convidada, a Sra.
16 Raquel Freixo, Subsecretária de Estado de Competitividade (SECTIDES); **I.**
17 **Abertura da Reunião.** Foi declarada aberta a reunião pelo Presidente do
18 Conselho, Sr. Edmar Moreira Camata, Secretário Estadual de Controle e
19 Transparência, que passou para a apresentação da pauta. **II. Informes.** 2.1) O
20 Secretário inaugurou a reunião informando que o auditor do estado **Fabiano da**
21 **Rocha Louzada** assumiu a Subsecretaria de Estado da Transparência, em
22 substituição à titular anterior, Sra. Mirian Porto do Sacramento. Foi feito um breve
23 relato do currículo do novo subsecretário e de suas realizações, uma vez que o
24 mesmo participou da equipe responsável pelos projetos que contribuíram para
25 posicionar a SECONT como liderança em Transparência Pública no cenário
26 nacional. 2.2) **Ações de Transparência dos Incentivos Fiscais.** Acerca do tema
27 em tela, o Presidente fez um breve relato das etapas que foram cumpridas para
28 atingir o resultado atual, cujo início se deu em 2019 com a publicação de uma
29 página no Portal da Transparência. Ele ressaltou que o projeto, desenvolvido
30 conjuntamente por SEFAZ, SECTIDES e SECONT, contou com a colaboração de
31 um grupo de trabalho de alta qualificação, foi composto por membros do porte do
32 Professor Robson Zuccolotto. Segundo o Presidente, o cerne do objetivo do projeto
33 é avançar em transparência e, conseqüentemente, permitir o aprimoramento do



34 controle, seja ele social, interno e externo. Na sequência, Presidente passou a
35 palavra à Sra. Raquel Freixo, Subsecretária de Estado de Competitividade
36 (SECTIDES), que proferiu uma apresentação sobre a nova etapa do projeto, que
37 visa o incremento da maturidade transparência dos benefícios fiscais. A
38 apresentação teve início com uma explanação acerca da relação entre a
39 SECTIDES com o tema incentivo tributário, pois a Secretaria, para promover bom
40 ambiente de negócios, é um elo dentre os incentivos tributários do INVESTE-ES e
41 do COMPETE-ES. Comentou que os incentivos tributários são importantes
42 ferramentas de política pública para dar equilíbrio ao desenvolvimento
43 socioeconômico e para promover a redução das desigualdades entre as diferentes
44 regiões do País. Continuou demonstrando que incentivo fiscal existe no mundo
45 inteiro e tem previsão na Constituição Federal. Citou o exemplo de adoção do
46 incentivo tributário pelo Governo Federal na pandemia, quando reduziu o IPI de
47 televisores, bem como o do COMPETE-ES, onde foi adotada a redução da carga
48 tributária exclusivamente nas operações para fora do Estado, de forma que
49 empresas são atraídas para movimentar o estoque aqui (importação, utilização de
50 mão de obra local etc.). Nesse caso, é concedido um incentivo para vendas por e-
51 *Comerce* de itens da linha branca exclusivamente nas operações para fora do
52 Estado (operação interestadual), visto que essa receita nunca seria do Estado, ou
53 seja, não haveria perda de receita. Prosseguiu apresentando uma síntese histórica
54 dos incentivos tributários de ICMS. Abordou aspectos do momento atual dos
55 incentivos tributários do ICMS, que está balizada por segurança jurídica. Como
56 agora todos os incentivos fiscais são convalidados no CONFAZ, surge a
57 oportunidade de criar políticas efetivas de transparência, governança e dados
58 (evidências e avaliação as políticas públicas). Isso porque no cenário atual alguns
59 obstáculos precisam ser removidos: ausência de informações consolidadas e
60 transparentes no que tange os incentivos tributários fornecidos pelos Estados da
61 Federação; conflito quanto a diferença da renúncia fiscal para os incentivos fiscais
62 e seus impactos socioeconômicos; a carência de uma política de transparência
63 fornece um meio conveniente para as práticas de corrupção; o debate de incentivos
64 fiscais ainda está distante da sociedade civil, o que gera maior confusão e
65 propagações de *fake news*; necessidade de coletar dados sistematicamente para
66 sustentar a manutenção dos incentivos e ainda, para monitorar os efeitos gerais e



67 a eficácia desses; entre os Estados da Federação não existe uma política de
68 transparência dos incentivos fiscais de maneira acessível e interativa. Ela também
69 citou o ganhador do Nobel em 2001, Joseph Stiglitz, que defende um sistema
70 tributário transparente e resistente a corrupção. Para ele, o sistema tributário deve
71 ser projetado de modo a permitir que a sociedade possa acessar de forma
72 transparente valores, impacto e retorno dos tributos. Também foi referência para a
73 expositora o relatório da Transparência Internacional denominado “*The Right*
74 *Incentives? The Risks of Undue Influence in Tax Policy*”, onde são sugeridas
75 diversas práticas públicas para o fortalecimento da transparência dos incentivos
76 fiscais. Segundo a subsecretária, o público-alvo dos incentivos fiscais são as
77 empresas, a sociedade civil, o Poder Público, os órgãos fiscalizadores (Ministério
78 Público, Tribunal de Contas etc.) e entidades governamentais. Dessa forma, é
79 necessário promover maior transparência, segurança jurídica e aumentar e estreitar
80 a proximidade da sociedade civil em relação a importância e impacto dos incentivos
81 tributários para o desenvolvimento e crescimento regional. Em seguida, foi
82 apresentado o conjunto de etapas da transparência e governança dos incentivos
83 fiscais promovidas pelo Governo do Estado desde janeiro de 2019, oportunidade
84 em que foi realizada a publicação proativa dos incentivos concedidos a particular,
85 até fevereiro de 2022, onde está prevista uma atualização das melhorias e entregas
86 de contrapartida do SISCompete. A ideia é que seja feito um mapeamento mensal
87 dos dados existentes, análise desses dados, adoção de indicadores abertos para o
88 monitoramento e transparência e governança, que poderão ser baixados pelo
89 cidadão. Concluindo, a expositora abordou o trabalho que vem sendo realizado
90 pelos membros que compõe o Grupo de Trabalho GT 08 do CONSEFAZ. Na
91 sequência, foram feitos comentários pelo Secretário em relação à apresentação,
92 ficando acordado que o CTPCC seja convidado para o lançamento do BI dos
93 incentivos fiscais. Também informou que o tema em questão será levado para
94 divulgação no âmbito do CONACI. Em seguida, o Presidente abriu a palavra aos
95 demais conselheiros. Com a palavra, o conselheiro **Robson Zuccolotto**
96 parabenizou a Sra. Raquel pelo trabalho desenvolvido. Perguntou como funcionará
97 o novo sistema, se o portal será um repositório de fácil acesso dos relatórios que
98 hoje precisam ser buscados em várias fontes diferentes e se irá separar o que é
99 incentivo tributário do que é renúncia tributária. Ele também questiona o fato de os



100 governos estaduais concederem renúncia tributária alegando que essa será
101 compensada pelo aumento de ICMS e da atividade econômica, porém, segundo o
102 conselheiro, desconhece quem possua dados (setorizados) para poder realizar tal
103 medição. Nesse sentido, pergunta se tal questão será enfrentada na nova versão
104 do projeto. Em resposta, a Sra. Raquel informou que o tema é muito sensível e que
105 será necessário esclarecer que no incentivo em que o cidadão capixaba não é o
106 consumidor final, não existe renúncia de receita. Dessa forma será segregado o
107 que é operação interestadual do que é operação interna. Dessa operação interna,
108 será necessário definir o que é preciso gerar de benefícios para atrair empresas e
109 gerar competitividade, de forma que seja possível fazer a segregação. Ela salienta
110 que a lei do COMPETE-ES já estabelece todos os benefícios que serão gerados.
111 De qualquer forma, o questionamento do conselheiro será considerado nas
112 próximas melhorias do sistema, que será mais informativo para dirimir eventuais
113 dúvidas, especialmente quanto a quem será o foco da operação: o consumidor local
114 ou o de outro Estado. Na sequência, o Presidente teceu comentários ao tema objeto
115 do questionamento do conselheiro **Robson Zuccolotto**. Após isso, pediu a palavra
116 o conselheiro **Giordany Bozzato Soave**, que destacou a evolução da
117 transparência desde o lançamento da transparência fiscal em 2019 até o atual
118 estágio do projeto. Da mesma forma, a conselheira **Eva Pires Dutra** também
119 exaltou a evolução da transparência dos dados dos incentivos fiscais, pois são
120 constantemente objeto de avaliação pelo judiciário e Ministério Público, sugerindo
121 que a ferramenta poderia ser demonstrada aos seus colegas procuradores do
122 estado. Nesse sentido, o Presidente propôs que após o lançamento do novo portal
123 seja agendado um encontro na escola da PGE para abordar o tema aos
124 procuradores do estado. Retomando a palavra, o Presidente destacou o empenho
125 da Sra. Raquel e de sua equipe na entrega do projeto. **III. Encerramento.** Esgotada
126 a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
127 reunião às quinze horas e trinta minutos, do que, para constar, eu, **FABIANO DA**
128 **ROCHA LOUZADA**, Secretário-Executivo do CTPCC, lavrei a presente ata que,
129 depois de conferida, vai assinada por mim, pelo Senhor Presidente e demais
130 membros do Conselho presentes na reunião.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO- CTPCC

EDMAR MOREIRA CAMATA

Representante da SECONT
Presidente do Conselho

MARCELO CALMOU DIAS

Representante da SEGER - Titular

GIORDANY BOZZATO SOAVE

Representante da SEFAZ – Suplente

EVA PIRES DUTRA

Representante da PGE – Suplente

ROBSON ZUCCOLOTTO

Representante da UFES – Titular

EDEBRANDE CAVALIERI

Representante do Conselho de Ética do
ES – Titular

MARIANA PEISINO DO AMARAL

Representante do MPES - Titular

ORLANDO BOLSANELO CALIMAN

Representante da ES em Ação – Suplente

PAULO CÉSAR DE CARVALHO

Representante do TJES - Suplente

CHRISTIANE LINHALIS

Representante da AMUNES – Titular

FÁBIO COSTA BRASILEIRO DA SILVA

Representante do ES em Ação - Titular

ASSINATURAS (11)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

EDMAR MOREIRA CAMATA
PRESIDENTE CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 14/03/2022 15:57:01 -03:00

GIORDANY BOZZATO SOAVE
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 16/03/2022 16:14:28 -03:00

ROBSON ZUCCOLOTTO
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 14/04/2022 16:20:27 -03:00

MARIANA PEISINO DO AMARAL
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 15/04/2022 18:10:48 -03:00

CHRISTIANE LINHALIS
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 14/03/2022 16:32:38 -03:00

FABIANO DA ROCHA LOUZADA
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 14/03/2022 11:11:45 -03:00

MARCELO CALMON DIAS
SECRETARIO DE ESTADO
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 14/03/2022 13:22:19 -03:00

EVA PIRES DUTRA
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 14/03/2022 14:56:00 -03:00

EDEBRANDE CAVALIERI
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 11/04/2022 15:02:10 -03:00

PAULO CÉSAR DE CARVALHO
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 11/04/2022 14:59:16 -03:00

FABIO COSTA BRASILEIRO DA SILVA
CONSELHEIRO CTPCC
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 14/04/2022 20:41:01 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/04/2022 18:10:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA (FUNCAO GRATIFICADA - AGE/SECONT - ASSTEC SUBTRAN - SECONT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-DLX8J4>